



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1992-1993)

COMISSÃO PERMANENTE

REUNIÃO DE 2 DE SETEMBRO DE 1993

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs António Fernandes da Silva Braga
José de Almeida Cesário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 16 horas e 20 minutos. Deu-se conta da entrada na Mesa de requerimentos e das ratificações n.ºs 90 e 91/VI.

A Câmara deu assentimento à deslocação de carácter oficial do Sr. Presidente da República a Espanha. Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Octávio Teixeira (PCP), António Lobo Xavier (CDS-PP), Manuel Alegre (PS), André Martins (Os Verdes), Duarte Lima (PSD), Adriano Moreira (CDS-PP), Manuel Sérgio (PSN) e Almeida Santos (PS).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 17 horas e 25 minutos.

O Sr Presidente: — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 16 horas e 20 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados.

António Moreira Barbosa de Melo (PSD), Presidente
 Maria Leonor C P Beza de M Tavares (PSD), Vice-Presidente
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu (PS), Vice-Presidente
 José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP), Vice-Presidente.
 Adriano José Alves Moreira (CDS-PP), Vice-Presidente
 Carlos Lélis da Câmara Gonçalves (PSD)
 António de Carvalho Martins (PSD)
 Arménio dos Santos (PSD)
 Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho (PSD)
 Domingos Duarte Lima (PSD)
 Fernando José Antunes Gomes Pereira (PSD)
 Guilherme Henrique V Rodrigues da Silva (PSD)
 José de Almeida Cesário (PSD), Secretário
 João Maria Fernandes Marques (PSD)
 Luís Carlos David Nobre (PSD)
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira (PSD)
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva (PSD)
 José Manuel Nunes Liberato (PSD)
 Luís Filipe Garrido Pais de Sousa (PSD)
 Manuel Castro de Almeida (PSD)
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas (PSD)
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho (PSD)
 Maria da Conceição Ulrich de Castro Pereira (PSD)
 Rui Fernando da Silva Rio (PSD)
 Alberto Bernardes Costa (PS)
 António de Almeida Santos (PS)
 António Fernandes da Silva Braga (PS)
 Armando António Martins Vara (PS)
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues (PS)
 Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo (PS)
 Jorge Lacão Costa (PS)
 José Paulo Martins Casaca (PS)
 Manuel Alegre de Melo Duarte (PS)
 Manuel António dos Santos (PS)
 João António Gonçalves do Amaral (PCP)
 Octávio Augusto Teixeira (PCP)
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (CDS-PP)
 André Valente Martins (PEV)
 Manuel Sérgio Vieira da Cunha (PSN)

O Sr Presidente: — Srs Deputados, em virtude de não estar presente o Sr Secretário João Salgado, solicito a concordância da Câmara para que o Sr Deputado José Cesário ocupe o lugar vago

Pausa

Como não há oposição, solicito ao Sr Deputado José Cesário que tome lugar na Mesa

Tem a palavra, para a leitura do expediente, o Sr Deputado António Braga

O Sr Secretário (António Braga): — Srs Deputados, foram apresentados nas últimas reuniões os seguintes requerimentos:

Na Comissão Permanente de 10-08-93 ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, formulado pelo Sr Deputado

do Adão Silva; ao Governo, formulados pelos Srs Deputados André Martins e Guilherme d'Oliveira Martins; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr Deputado José Manuel Maia;

Na reunião plenária da Assembleia da República de 18-08-93 ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pelo Sr Deputado José Lello, a diversos Ministérios, formulado pelo Sr Deputado Lino de Carvalho; ao Governo formulados pelos Srs Deputados Guilherme d'Oliveira Martins e António Filipe

Na reunião plenária da Assembleia da República de 24-08-93 à Secretaria de Estado da Segurança Social, formulados pelos Srs Deputados João Proença e Manuel dos Santos; ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulado pelo Sr Deputado Manuel Sérgio, ao Ministério da Administração Interna, formulado pela Srª Deputada Edite Estrela; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr Deputado Guilherme d'Oliveira Martins; ao Governo, formulados pelo Sr Deputado José Manuel Maia; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pela Srª Deputada Helena Torres Marques,

Na reunião de hoje ao Governo, formulado pelo Sr Deputado José Lamago; ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr Deputado José Paulo Casaca; ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, formulado pelo Sr Deputado Adão Silva

Também foram apresentadas as ratificações n.º 90 e 91/VP(PS) relativas, respectivamente, ao Decreto-Lei n.º 286/93, de 20 de Agosto, que estabelece regras para o cálculo das pensões de novos subscritores da Caixa Geral de Aposentações, e ao Decreto-Lei n.º 280/93, de 13 de Agosto, que estabelece o regime jurídico do trabalho portuário

Quanto a expediente é tudo, Sr Presidente

O Sr Presidente: — Srs Deputados, vamos entrar na ordem do dia desta reunião extraordinária da Comissão Permanente, que tem como objecto uma carta que, conforme é habitual, recebi do Sr Presidente da República, relativa a uma sua deslocação a Espanha

A carta é no essencial do seguinte teor: Estando prevista a minha deslocação a Espanha, entre os próximos dias 7 e 8 de Setembro, a convite da Junta da Extremadura, para receber, em Mérida, a Medalha da Extremadura e o Prémio Caravela de Prata, que me foi atribuído pela Associação de Correspondentes da Imprensa Ibero-Americana, venho requerer, nos termos do n.º 1 do artigo 132.º e da alínea b) do artigo 166.º da Constituição, o necessário assentimento da Assembleia da República

Como VV Ex.ª sabem, no período de não funcionamento efectivo da Câmara a entidade a que compete dar o assentimento às deslocações ao estrangeiro do Sr Presidente da República é a Comissão Permanente. Como esta viagem se realizaria na próxima semana, eis a razão porque convoquei a Comissão

Na verdade, nem sempre tem sido este o procedimento, pelo menos quando está em funcionamento a Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação. Muitas vezes, como VV Ex.ª sabem, faço uma diligência particular junto dos grupos parlamentares no sentido de saber se dão o respectivo assentimento e depois formaliza-se a autorização num momento posterior. Como a referida Comissão não está em funcionamento e tendo percebido que não haveria esse assentimento a não ser que houvesse uma reunião prévia, convoquei a Comissão Permanente

Assim, sendo este o único tema em debate, não é aplicável o procedimento especial previsto no Regimento donde consta uma intervenção da Comissão de Negócios Estran-

geiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação e, consequentemente, é a própria Comissão Permanente que se pronuncia sobre este assunto. Além, já existe um projecto de resolução que a seu tempo será submetido à apreciação de VV. Ex.^{as}, mas só depois de ouvirmos quem se inscrever para o debate.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, V. Ex.^a acabou de referir que em situações análogas costuma solicitar a opinião dos grupos parlamentares no sentido da possibilidade da autorização formal para a deslocação do Sr. Presidente da República ser dada *a posteriori* desde que não haja objecções de qualquer grupo parlamentar e não apenas quando está reunida a Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação. E disse ainda que nesta ocasião teria — se bem ouvi as suas palavras — tudo a sensação de que não haveria acordo e, por conseguinte, resolveu convocar a Comissão Permanente.

Nestes termos, a minha interpelação tem o sentido de um esclarecimento, pois julgo que não terá sido bem assum pelo menos em relação ao meu grupo parlamentar. É que, em relação ao Grupo Parlamentar do PCP, foi feito aquilo que tem sido norma, que tem sido praxe constitucional. Fomos consultados no dia 31 de Agosto no sentido de poder ser seguida a mesma praxe tradicional constitucional que tem vindo a ser seguida e pela nossa parte houve aquiescência e não levantámos qualquer objecção a que pudesse utilizar-se o mesmo sistema, a mesma praxe.

Nesse sentido, pergunto ao Sr. Presidente da Assembleia da República se essa diligência se verificou apenas em relação ao Grupo Parlamentar do PCP ou se se verificou em relação a todos os grupos parlamentares e, neste último caso, se houve algum grupo parlamentar que não deu a sua concordância a que se seguisse a praxe constitucional.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, suponho que ficou claro das minhas palavras que foi feita essa diligência junto dos grupos parlamentares e que não obtive consenso para proceder agora como tenho procedido sempre, isto é, com base na unanimidade. E foi essa a razão pela qual convoquei a Comissão Permanente.

O Sr. António Lobo Xavier (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Lobo Xavier (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Octávio Teixeira fez claramente uma pergunta e o Sr. Presidente da Assembleia da República respondeu com alguma reserva compreensível preocupado certamente em não transmitir as posições que lhe foram manifestadas pelos partidos. Todavia, embora considerando essa posição como de grande delicadeza, quero esclarecer o Sr. Deputado Octávio Teixeira que não

é pelo CDS-PP que se realiza esta reunião da Comissão Permanente.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente, aproveito para esclarecer a Câmara e o Sr. Deputado Octávio Teixeira que também não é pelo Partido Socialista que se realiza esta reunião, uma vez que tínhamos dado a nossa aquiescência, muito embora estejamos sempre de acordo em que se cumpra o Regimento.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, no seguimento das informações que aqui foram prestadas e das perguntas feitas, devo dizer que o Grupo Parlamentar de Os Verdes manifestou a sua concordância — como o tem feito sempre — à deslocação do Sr. Presidente da República tal como havia sido solicitada. Por isso, esta reunião não é convocada por razões que tenham a ver com qualquer problema levantado pelo Partido Ecologista Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Luna.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O mistério adensou-se na Sala nos últimos dois minutos.

Risos do PS.

pelo que me sinto na obrigação de dizer que esta reunião da Comissão Permanente se faz no cumprimento escrupuloso da Constituição e que foi o meu grupo parlamentar quem entendeu dever fazê-la. Não há aqui, nesta matéria, qualquer praxe constitucional, contrariamente ao que foi dito, mas, se houvesse, seria claramente *contra legem*, neste caso, contra a Constituição, visto o artigo da Constituição em causa ser expresso.

Houve, de facto, uma ou duas vezes em que, por razões de delicadeza política, os diversos grupos parlamentares deram o seu consentimento *a posteriori*, mas foram excepção, pois não se pode dizer que uma praxe constitucional se cria pelo pouco número de vezes em que a situação sucede.

O Sr. João Amaral (PCP): — Olhe que o Sr. Presidente não disse isso!

O Orador: — Se o Sr. Deputado João Amaral me deixar falar ficará elucidado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Não foi isso que o Sr. Presidente disse!

O Orador: — Eu ouvi o que o Sr. Presidente disse. O Sr. Presidente deu a sua opinião e eu estou a dar a minha. O meu grupo parlamentar, tal como o Sr. Presidente da República, entende que a Assembleia tem de ser o primeiro

órgão, a dar o exemplo no cumprimento das normas constitucionais, e esta norma constitucional não deixa dúvidas.

No entanto, devemos desfazer um equívoco: ou o artigo da Constituição comete à Assembleia da República um verdadeiro poder de controlo político relativamente às saídas para o estrangeiro do Sr. Presidente da República ou a Assembleia da República entende que deve fazer alguma coisa deste preceito constitucional, e, neste caso, teremos uma boa oportunidade para, na próxima revisão constitucional, acabarmos com este preceito, ou seja, abdicarmos deste princípio, fazendo com que o Sr. Presidente da República possa deslocar-se ao estrangeiro, sempre que, entenda, sem pedir autorização à Assembleia da República, em visitas oficiais ou não, porque, se assim não for, estamos todos a cair num logro.

Nestes termos, o meu grupo parlamentar entende que se devia cumprir o formalismo legal de se realizar uma reunião da Assembleia da República ou do órgão que a substitui, que é a Comissão Permanente, para dar o seu assentimento à esta deslocação do Sr. Presidente da República. É claro que iremos dar o nosso assentimento, pois entendemos que o Sr. Presidente da República, nas deslocações que tem efectuado ao estrangeiro, tem sabido prestigiar o País e desejamos que assim continue, mas isso não impede que nós, representantes do povo, também assumamos a nossa responsabilidade.

A Constituição ao consagrar este artigo, tal como está escrito, quer que o povo saiba, através dos seus representantes, das razões de Estado e dos principais critérios dessas razões de Estado que levam o Sr. Presidente da República a deslocar-se a um país estrangeiro. E nós entendemos que talvez fosse de criar uma prática constitucional, no caso de este artigo se manter na Constituição, mas devo dizer que o meu partido se dispõe a encerrar a sua extinção numa próxima revisão constitucional.

No entanto, em minha opinião, devemos substantivar este princípio constitucional e o respeito que, reiteradamente, o Sr. Presidente da República tem sempre publicamente manifestado por este órgão, devendo traduzir-se neste caso concreto, para que, no futuro, de uma forma sempre explícita, a Assembleia da República, os representantes do povo, através dos diversos partidos aqui com assento, possam saber atempadamente não apenas da deslocação, do prazo, e do destino dessa deslocação mas, também, como foi todo o período, das razões de Estado que levamos Sr. Presidente da República a deslocar-se e da comitiva que o acompanha. É importante termos disso conhecimento.

Orá, em minha opinião, não fica bem à Assembleia da República ver uma notícia, como a que vem hoje, publicada numa revista portuguesa, segundo a qual é o próprio governo de um Estado estrangeiro, neste caso, o governo japonês, que se dirige, ao que parece, ao nosso Presidente da República pedindo-lhe que reduza a comitiva de 100 para 50 pessoas, quando a própria Assembleia da República ainda não tem disso conhecimento.

Não se trata de dizer ao Sr. Presidente da República quem deve ou não levar na sua comitiva; esse é um problema dele, mas de informar a Assembleia da República o que é um mero acto de cortesia política e institucional. Creio que deveríamos estar sempre suficientemente informados das principais razões de Estado que presidem às suas deslocações, dos seus acompanhantes, do critério que presidiu à escolha da sua comitiva, não como obrigação mas como acto de cortesia política para com a Assembleia da República.

Tal atitude valdar-se-á, seguramente, num sentido positivo para o Estado português. Não me parece que, esta seja a

melhor forma de sermos informados, no sentido de darmos o assentimento à visita do Sr. Presidente da República, o que iremos fazer com todo o gosto, porque, de certa maneira, até se põe em causa o próprio Estado português, um Estado pequeno e exíguo, como costuma dizer o Sr. Deputado Adriano Moreira, com uma notícia que, em minha opinião, fere, de certa maneira, o nosso brio, o nosso pundonor e a nossa dignidade.

Portanto, neste pressuposto, pediria ao Sr. Presidente, que, de forma cortês e delicada, como sempre temos de actuar com o Sr. Presidente da República, e ele, seguramente, como antigo parlamentar o compreenderá, encetasse as diligências necessárias para que no futuro, esses esclarecimentos, possam, de uma forma mais aberta, ser prestados à Assembleia da República.

Em relação a esta matéria, até porque se trata da dignidade da Assembleia e é ela mesma quem brava sempre que o Governo não cumpre atempadamente as suas obrigações, e às vezes não tem cumprido, a Assembleia deve ter o mesmo critério de exigência no domínio da fiscalização do exercício dos poderes de controlo político relativamente a outros órgãos. Tenho a certeza de que esta reflexão, que é claramente estival, irá ser feita por todos e em particular pelo Partido Socialista, Aproveito para pedir desculpas ao Partido Socialista em particular, já que não tem tido férias, creio eu, pois foi um partido extraordinariamente causticado ao longo dos meses de Julho e Agosto com trabalho permanente nas praças, nos mercados, nas praças, nas festas.

Risos do PSD
O Sr. Presidente da República, ao fazer esta viagem, não vai apenas por uma questão de sondagem, como foi a de ontem, tão desagradável, e por me atrever a pedir-lhe que colabore connosco nesta reflexão estival.

Aplausos do PSD
O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS-PP). — Sr. Presidente, Sr. Deputado Duarte Luna, em primeiro lugar, devo dizer que aprecio, e creio que todos o devemos fazer, a dignidade com que o Sr. Deputado colocou esta questão à Assembleia da República e que estamos sempre de acordo quando se trata de dignificar não apenas o funcionamento da instituição parlamentar mas o relacionamento institucional dos órgãos de soberania e a maneira como colocou a questão, serve perfeitamente, em meu entender, este desígnio. Por outro lado, como o Sr. Deputado levantou a questão de poder ser, eventualmente, revogada esta disposição constitucional e fundamentou os motivos pelos quais considera sempre necessária a que de acordo com a letra da Constituição é indiscutível, a intervenção da Assembleia, ou da Comissão Permanente, queria exprimir uma dúvida.

Sr. Deputado, tenho muitas dúvidas em relação à autorização que o Chefe de Estado tem de pedir à Assembleia da República tenha ver com o objectivo da viagem que irá empreender. O Sr. Presidente da República deve explicar, faz parte da dignidade do cargo, deve dizer-nos os motivos, pois não faz viagens secretas, logo, deve explicá-las. Mas não é isso que se faz, penso eu, a autorização que se pede à Assembleia da República. A Assembleia da República, como qualquer Parlamento, o que tem de decidir é se as condições do País permitem a ausência do Chefe de Estado nessa a nossa competência.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — .. e é só sobre isso que temos de nos pronunciar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ou seja, não temos de nos pronunciar sobre os objectivos, as razões e os lugares onde o Sr. Presidente da República vai.

Volto a insistir, é bom que ele o diga, porque torna mais digno o relacionamento entre os órgãos de soberania, informa melhor o eleitorado, mas, do ponto de vista das intervenções dos órgãos de soberania, a tradição é esta e há boas razões históricas, como sabe, que rodeavam a ausência do Chefe de Estado destas cautelas, pois as visitas nem sempre eram isentas de grandes riscos.

Portanto, penso que, se esta for a boa interpretação, dignifica mais a intervenção da Assembleia, porque o que ela faz é decidir sobre se as circunstâncias do País permitem a ausência do Chefe de Estado.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima.

O Sr. Duarte Lima (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Adriano Moreira, em primeiro lugar agradeço a pergunta de V. Ex.^a e as palavras amáveis que me dirigiu.

Pode crer que foi com todo o respeito e sentido de responsabilidade que coloquei ao Sr. Presidente esta questão sobre a viagem do Sr. Presidente da República.

Devo dizer-lhe que a dúvida que o Sr. Deputado exprimiu é, de facto, rigorosamente pertinente. A Assembleia da República tem de autorizar as deslocações do Sr. Presidente da República ao estrangeiro, mas o poder de autorizar implica também o poder de não autorizar.

Que sucederia se, um dia, a Assembleia da República não autorizasse uma deslocação do Sr. Presidente da República? É que, se não autorizasse sem ter um fundamento, tratar-se-ia de um acto arbitrário. Portanto, uma não autorização tem de ser sempre fundamentada e só pode haver uma fundamentação com conhecimento dos pressupostos da viagem.

O que diz é, em minha opinião, absolutamente correcto, mas o julgamento relativamente às condições do País implica também o julgamento da apreciação do próprio valor da viagem.

Devo dizer que não me passa sequer pela cabeça que um grupo parlamentar — pelo menos o meu — possa dizer não a uma visita do Chefe de Estado, porque sabemos que ele pondera sempre devidamente as visitas que faz ao exterior. Mas coloco a questão, como lhe disse acima, do ponto de vista da correcção da relação institucional que tem de haver entre o Governo e a Assembleia da República, entre esta e o Governo, entre o Presidente da República e o Governo e entre aquele e a Assembleia da República. Este poder ou é inútil, pois temos de dizer sempre sim; é o chamado carimbo «chapa 4» e, então, tiremos o artigo da Constituição, ou é um poder substantivado, que tem um sentido útil na Constituição. E para o meu grupo parlamentar esse sentido útil é o de nós, representantes do povo, podermos estar devidamente esclarecidos dos critérios que presidem a essa viagem.

Para não ir mais longe, há autores na nossa doutrina constitucional, como Vital Moreira e Gomes Canotilho, que, na interpretação deste artigo, defendem a existência de um verdadeiro poder de controlo político, no domínio da repre-

sentatividade do cargo na área externa da Assembleia da República relativamente ao Presidente da República. Esta é, hoje, uma ideia mais ou menos cimentada na nossa doutrina constitucional, mas não quereria chegar tão longe.

Portanto, penso que a dúvida que V. Ex.^a tem é pertinente, mas o que dissemos é mais no domínio daquilo que é a relação de uma cortesia política que tem de existir também entre o Presidente da República e a Assembleia, com o cumprimento da Constituição em primeiro lugar, como é óbvio.

Entendo, no entanto, que a Assembleia da República deve ter alguns elementos de informação, até porque, muitas vezes, há especulação relativamente à utilidade ou não das viagens do Sr. Presidente da República. E é verdade que isso acontece.

Portanto, quem serão os representantes do povo — as diversas correntes partidárias nesta Assembleia — devem estar, em primeira mão, devidamente identificados com os pressupostos e condições da viagem e com o sentido útil que ela tem para a Nação portuguesa, sobretudo, como é o caso concreto, quando se trata de uma viagem em que o Sr. Presidente da República leva 50 ou 100 acompanhantes?

Penso que nós, aqui, devemos ter um papel — diria até — de boa colaboração institucional, com o sentido e com a utilidade de Estado que o Sr. Dr. Mário Soares tem sabido transmitir às suas viagens.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta questão não é, como se vê, meramente jurídica ou formal, é uma questão política e foi por essa razão que o PSD provocou a realização da presente reunião.

Trata-se, claramente, em nosso entender, de um acto de retaliação política, por parte do PSD, em resposta a um requerimento que foi feito por esta bancada sobre as circunstâncias da viagem do Sr. Primeiro-Ministro ao festival de Salzburgo.

É um acto de retaliação política, é um acto que se inscreve numa escalada política contra o Presidente da República na via do conflito institucional e também um acto político que indicia que o PSD pode estar, por razões eleitoralistas ou outras, a entrar numa via perigosa, numa via de ruptura com as regras básicas da convivência democrática e com o essencial do regime democrático, que é o consenso sobre o próprio regime e a solidariedade entre os principais órgãos de soberania.

Via perigosa!...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O PSD faz, na Madeira, por intermédio do Sr. Deputado Jaime Rainos, um discurso separatista, claramente separatista, e o Presidente do PSD cala-se e sobre essa questão não diz uma palavra; o PSD faz, no Porto, por intermédio do Sr. Luís Filipe Menezes, um discurso xenóforo, racista e «lepenista» e a direcção do partido cala-se, e, agora, por intermédio do Sr. Deputado Duarte Lima, o PSD vem aqui fazer um acto de conflito político artificial e de provocação política ao Sr. Presidente da República.

Nós, Partido Socialista, estamos dispostos a considerar as questões jurídicas, formais e constitucionais que se levantam à volta deste problema, mas estamos também dispostos a dar a resposta política, de combate político, a esta via do PSD, que é perigosa, de escalada, de ruptura com as regras básicas da convivência democrática e denunciámos aqui este

acto como sendo de provocação, que entra em conflito com as regras essenciais ao funcionamento da própria democracia.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de mais, tenho de reconhecer que esta manobra política, montada, pelo menos, pelo Grupo Parlamentar do PSD, foi bem encenada.

Primeiro, impedem que se cumpra aquilo que tem sido a praxe constitucional — e já lá voltarei —, impedem a realização de uma reunião extraordinária da Comissão Permanente, como se houvesse algo de muito grave ou de muito importante que exigisse tal reunião, e, depois, aparecem aqui, assum, com ar solene, suave, «por nós está tudo bem, é apenas uma reflexão política de alto sentido construtivo, etc».

Não há dúvida, Sr. Deputado Duarte Lima, que a manobra foi bem encenada!

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Não canta mal!

O Orador: — Mas é uma manobra política — essa é que é a questão! —, porque, de facto, a situação que foi criada é caricata: exigiu-se uma reunião extraordinária da Comissão Permanente para este efeito, quando, ainda há 20 dias, tivemos uma situação idêntica com a concordância do PSD.

Aliás, permito-me ler aquilo que o Sr. Presidente da Assembleia da República, na altura, referiu: «Srs. Deputados, vai ser lido pelo Sr. Secretário um parecer e proposta de resolução da Comissão Permanente relativo ao assentimento a dar à deslocação que o Sr. Presidente da República efectuou à Bélgica, de acordo com a praxe constitucional, depois de eu ter colocado a questão na última Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, tratando-se agora de ratificar essa deslocação».

Há 20 dias atrás, não havia qualquer problema de consciência democrática, de consciência constitucional, por parte do PSD, apareceu agora, passados esses afilhos 20 dias!

A situação é caricata, mas é também — e julgo que esse é o fulcro da questão — uma manifestação de vindicta ridícula do PSD. Mas, para além desta manifestação de vindicta ridícula do PSD, é também uma manifestação do espírito persecutório que o PSD e o Governo têm contra o Sr. Presidente da República.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Oh! Sr. Deputado!

O Orador: — É, além disso, uma manifestação do carácter autoritário e autocrático do PSD, do Governo e, do Primeiro-Ministro.

A vindicta é ridícula quando tem, por trás, como razão próxima, um requerimento feito por um Deputado do PS acerca de uma viagem do Sr. Primeiro-Ministro pelo facto de ela ter sido como *sponsor* ou não uma multinacional.

É uma manifestação do espírito persecutório do PSD em relação ao Sr. Presidente da República porque — sejam claros! — há 20 dias não se verificou qualquer atitude do PSD, verificou-se agora esta porque, entretanto, o Sr. Presidente da República enviou para o Tribunal Constitucional quatro diplomas que foram declarados inconstitucionais. É essa a questão!

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Não podem dissolver o Tribunal Constitucional!

O Orador: — Não podem, mas gostariam! Aliás já houve algumas declarações nesse sentido!

De facto, a manobra está clara e à vista. Aliás, essa manobra poderá ter incluído aquela notícia, inaceitável e inadmissível, que ontem foi dada na RTP, quando foi dito que o Sr. Presidente da República tinha pedido autorização *a posteriori*, o que é totalmente falso, pois é impossível mistificá-lo.

Para lapso, parece-me descuido a mais, por isso admito que essa notícia distorcida e falsa também esteja incluída na manobra, porque se houvesse interesse, por parte do PSD, para fazer reuniões extraordinárias da Comissão Permanente, muitas razões haveria para que elas se realizassem. Aparenta apenas dois ou três exemplos, Sr. Deputado Duarte Lima.

Justificar-se-ia que a Comissão Permanente reunisse extraordinariamente para analisar, por exemplo, a situação dramática dos cidadãos portugueses no Cuíto e a atitude e responsabilidades da UNITA nessa situação.

Vozes do PCP e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Seria razão suficiente para uma reunião extraordinária da Comissão Permanente uma análise aprofundada das preocupantes manifestações de racismo que nos últimos dias se têm verificado no nosso país. Poderia ainda justificar uma reunião da Comissão Permanente a análise das consequências do processo que está a desenvolver-se em relação à apreciação das provas específicas de acesso ao ensino superior.

Razões haveria muitas, mas não a que estamos a apreciar. Por isso, esta constitui uma manobra.

Em relação às três razões indicadas, desde já dirijo ao Sr. Presidente um requerimento oral, que, se necessário for, formalizarei de imediato por escrito, no sentido de as três situações que referi serem incluídas na ordem do dia da próxima reunião ordinária da Comissão Permanente, a qual deverá ter lugar, de acordo com o respectivo regulamento, na próxima quinta-feira, dia 9 de Setembro. Refiro-me ao problema dos portugueses no Cuíto e das responsabilidades da UNITA nessa situação, ao das provas específicas de acesso ao ensino superior e ao das manifestações de racismo no nosso país.

Aplausos do PCP, do PS e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, inscrevi-me também, na altura própria, para defender a consideração em relação, a afirmações proferidas pelo Sr. Deputado Manuel Alegre, mas, segundo penso, só depois poderei usir desta figura regimental.

O Sr. Presidente: — Assum é, Sr. Deputado.

Tem a palavra.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Octávio Teixeira, falou o Sr. Deputado de «manobra política», de «vindicta»; de «ar suave», que só teve comparação com o ar suave e também, obviamente, estival com que V. Ex.^a se dirigiu à minha bancada. Tanta maldade junta, Sr. Deputado Octávio Teixeira!

O Sr. João Amaral (PCP) — É verdade!

O Orador: — O Sr. Deputado Octávio Teixeira acha que cumprir ou pedir o cumprimento da Constituição é vindicta.

O Sr. Deputado Octávio Teixeira sabe bem que não pode falar de uma praxe constitucional criada por terem existido três ou quatro casos, porque se não corre o risco de ficar, a breve trecho, sem normas constitucionais. Daqui a pouco, o Sr. Deputado terá revogado a Constituição pela praxe. E logo pelo Partido Comunista, que é o principal «bandeirante» da Constituição?! Sejam coerentes com o vosso discurso!

É evidente que um caso é um caso. Talvez o caso mais flagrante tenha sido o da polémica viagem à então Checoslováquia por parte do Sr. Presidente da República, para assistir à tomada de posse de Vaclav Havel, aonde, de resto, foi acompanhado pelo Sr. Deputado José Lamego.

Foi esse o primeiro caso, tendo ainda havido um segundo, mas é óbvio que a sucessão de casos coloca a questão com uma pertinência diferente, precisamente para não se criarem a regularidade e a praxe. Caso contrário, estaremos a retirar qualquer conteúdo ao dispositivo aplicável da Constituição. Mas, então, digam-no claramente e não terei qualquer problema em aceitar a revogação desse artigo numa próxima revisão constitucional, por ser uma farsa. Se serve para carumbar e dizer sempre que sim, eliminamos o artigo e o Sr. Presidente deslocar-se-á ao estrangeiro sem necessidade de o pedir à Assembleia. Para quê esta farsa de ter de pedir à Assembleia?

Seja, pois, o Sr. Deputado coerente e não sustente, com todo o vigor, que quando qualquer outro órgão de soberania ou grupo parlamentar defende as suas prerrogativas e os seus direitos, através da invocação dos mecanismos e artigos constitucionais, não está a proceder no seu pleno direito. Não venha também o Sr. Deputado pretender condicionar o meu partido politicamente quando quer exercer o mesmo direito que os senhores exercem, fazendo cumprir a Constituição; e acusá-lo de estar a fazer vindictas e manobras políticas e a assumir um carácter persecutório contra o Presidente da República.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nunca nos passaria isso pela cabeça! O Dr. Mário Soares é uma pessoa insubmetível a qualquer perseguição, o que mostrou ao longo da sua vida. Jamais lhe faria essa injúria e espero que o Sr. Deputado a não faça. Perseguir o Dr. Mário Soares nunca faremos. Criticá-lo, se for caso disso, é apenas aquilo que lhe devemos, como democratas, face ao magistério e à vida de um dos principais pedagogos da democracia portuguesa. Tenho a certeza de que, quando o criticamos, o Dr. Mário Soares se sente muito mais satisfeito como democrata do que o Sr. Deputado, que sente as dores de uma forma que ele não sente. Pode ter a certeza disso, Sr. Deputado! Não está a ajudar o Dr. Mário Soares com o que acaba de dizer.

Modere o Sr. Deputado a sua crítica, que já foi mais moderada e estival do que o que é habitual. É que os epítetos e adjectivos que dirigiu à minha bancada não têm razão de ser. Trata-se tão só do exercício de um direito. Permita-me, Sr. Deputado, como eu lhe permito que faça o mesmo.

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP). — Sr. Presidente, Sr. Deputado Duarte Luna, o exercício de um direito terá sempre da nossa parte toda a abertura. Exerça os seus direitos como gostamos de exercer os nossos e exigimos exercícios, embora muitas vezes — é um facto — os senhores não o permitam, por disporem de uma maioria nesta Assembleia.

Não é, porém, a questão do exercício de direitos que se coloca. A questão que se coloca, Sr. Deputado, é a de saber por que é que o PSD mudou de opinião no prazo de 20 dias.

Permita-me, a este respeito, esclarecer um aspecto sobre o cumprimento da Constituição. Desde logo, a Assembleia da República não tem de autorizar ou não o Sr. Presidente. Tem, sim, de dar assentimento à deslocação que o Sr. Presidente entenda fazer. Esclareço, aliás, que não se trata apenas de uma diferença de palavras, entre «autorização» e «assentimento».

Por outro lado, o que tem sido feito algumas vezes e a que o Sr. Presidente da Assembleia da República chamou, do nosso ponto de vista bem, «praxe constitucional» — devo referir que não advogamos que esta seja a regra, nem é isso que está em causa — não significa que o Sr. Presidente da República saia do País sem autorização, sem assentimento, porque o assentimento é dado quando o Sr. Presidente da Assembleia da República, na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares ou fora dela, solicita a opinião dos vários grupos parlamentares, a não ser que algum grupo parlamentar dê uma opinião que não corresponda à dos restantes Srs. Deputados. Esse não é, todavia, um problema do Sr. Presidente da Assembleia da República, mas dos outros grupos parlamentares.

Quando os grupos parlamentares dão o seu assentimento à deslocação do Sr. Presidente da República, a Constituição está substancialmente a ser cumprida; apenas é formalizada *a posteriori*, no âmbito da Comissão Permanente ou do Plenário. Por conseguinte, o artigo da Constituição em apreço não é uma farsa. Quando se faz isso, não estamos a tratar esse artigo como uma farsa, mas a fazer o cumprimento substancial da Constituição, embora a sua formalização se efectue *a posteriori*, o que, como disse, tem sempre sido feito, até agora, por consenso, nunca tendo havido qualquer oposição. Bastaria haver, como houve desta vez, oposição de um grupo parlamentar para ter lugar imediatamente a convocação da reunião da Comissão Permanente, o que o Sr. Presidente da Assembleia da República fez, e bem.

A questão que se coloca não reside no problema do que está inscrito na Constituição nem no do cumprimento ou não da Constituição, porque esta tem estado a ser cumprida. Do nosso ponto de vista, o problema é, sim, o da alteração da posição do PSD do dia 11 para o dia 31 de Agosto.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Lobo Xavier.

O Sr. António Lobo Xavier (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A intervenção do CDS será breve e terá como finalidade esclarecer um ou dois pontos de vista e explicar por que é que este assunto não nos merece longas intervenções e discussões.

É evidente, desde logo, que existia uma praxe e que esta reunião significa uma ruptura com essa praxe. É possível isto ser dito, mesmo por alguém que tem uma experiência recente desta Casa. Ao longo de todo o tempo em que aqui estive, nunca houve, de facto, este formalismo, este cerimo-

mal, estas circunstâncias a rodear um pedido de assentimento formulado pelo Sr. Presidente da República.

Todavia, o PSD está no direito de querer romper com essa praxe desta Casa e de entender que temos feito mal até agora, coisa com que não concordo, por pensar no seguimento aliás do que foi dito pelo Sr. Deputado Adriano Moreira, que sobre este aspecto temos lido a Constituição como ela deve ser lida nos nossos dias.

O assentimento — ou autorização — expressão que não consta da Constituição — à ausência do Presidente da República deve ser entendido como um problema que se coloca em termos substanciais, em situações-limite, em situações de crise, em situações em que é necessário avaliar as condições da saída. Em todas as outras circunstâncias, o preceito constitucional em causa não constitui senão uma reminiscência de outros tempos, das origens da Constituição, em que havia problemas entre os Estados e problemas entre os próprios Chefes de Estado e a sua segurança.

Dizia eu que o PSD-PP está no direito de querer romper com essa tradição, com essa praxe, mas também tem de aceitar que liguemos a essa ruptura um significado político. E é por isso que se percebem as declarações dos Srs. Deputados Manuel Alegre e Octávio Teixeira. No fundo, esta ruptura tão inesperada, com a praxe da Assembleia da República, provocou apreensões; causou dúvidas; levantou especulações e, embora o PSD tenha criado o chamado anti-clímax, com um discurso moderado, digno, em relação ao qual nada há a apontar, existia no espírito de todos nós a ideia de que as coisas não se passariam dessa forma. Pela parte do CDS, diria que a participação na discussão deste ponto da ordem do dia dependeria das palavras do Sr. Presidente da bancada do PSD, cujas palavras, sejam quais forem as suas intenções, sejam quais forem os objectivos que estão por detrás desta convocação da Comissão Permanente, não suscitam a necessidade de eu defender, o Sr. Presidente da República, coisa que faria se, de facto, o discurso do Sr. Deputado Duarte Lima tivesse tido outra carga, outras expressões, outra evidência de provocação, que não vi.

Portanto, o CDS-PP limita-se a dar o seu assentimento à deslocação do Sr. Presidente da República a Espanha.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Duarte Lima pretende usar da palavra para que efeito?

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, gostaria de lembrar-lhe que o Regulamento da Comissão Permanente não fixa limites, mas refere que cada Deputado não pode usar da palavra mais de duas vezes sobre o mesmo tema.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, gostaria apenas de retribuir a gentileza do Sr. Deputado António Lobo Xavier, mas, sendo assim, prescindindo da palavra para que se cumpra o Regulamento da Comissão Permanente.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Era apenas para dizer que o Grupo Parlamentar de Os Verdes votará favoravelmente esta proposta de resolução, que vai no sentido de dar assentimento à deslocação do Sr. Presidente da República a Espanha. Aliás, já

tínhamos dado esse assentimento ao Gabinete do Sr. Presidente quando tal nos foi solicitado.

Esta reunião da Comissão Permanente até poderia trazer alguma novidade no sentido de alterar, inclusivamente, a nossa posição, já que havia um grupo parlamentar que não tinha dado esse assentimento, assentimento que, no fundo, seria o seguimento de procedimentos normais e até tradicionais da Assembleia da República nestas situações em que funciona a Comissão Permanente.

O que o PSD quis com esta reunião da Comissão Permanente foi, de facto, criar mais um facto político, como, aliás, já o tinha feito aquando da convocação do Plenário da Assembleia da República a propósito do veto do Sr. Presidente da República. Para nós essa era, de facto, uma questão importante, uma questão de Estado, que, apesar de tudo, poderia ser ultrapassada e resolvida de uma forma completamente diferente, sem que o País tivesse de suportar esses gastos, essas despesas, que irão certamente ser contabilizadas.

Assim, com toda a responsabilidade e considerando a importância daquilo que estava em debate, pensamos que a criação desse facto político — de um facto como este é — foi um excesso.

Tal como já foi aqui dito, é com estes factos políticos que o PSD tem fomentado o conflito institucional e, desde há vários meses — salvo erro, desde o congresso do PSD, em que apareceram as chamadas «forças de bloqueio» mas em que, às tantas, se viu o «feitiço contra o feitiço», parecendo hoje que as «forças de bloqueio» já mudaram de posição. Passou-se, de facto, para o confronto institucional, que parece situar-se entre o Governo e a Presidência da República. Ora, o PSD e o Sr. Primeiro-Ministro utilizam a Assembleia da República para promover esse conflito institucional e, como é natural, lamentamos e repudiamos esse tipo de procedimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que também está aqui em causa é que, com estas iniciativas, com estas manobras políticas, com estes factos que dão primeiras páginas dos jornais e da televisão, o PSD procura esconder a verdadeira realidade do que é este país e já aqui foram indicados alguns exemplos destas situações.

Se o PSD estivesse, de facto, interessado em debatê-las e resolvê-las enquanto partido da maioria que sustenta o Governo, nós teríamos dado o nosso assentimento à convocação de reuniões da Comissão Permanente ou do Plenário da Assembleia da República. Só que não é assim que o PSD actua.

Naturalmente, manifestamos aqui o nosso repúdio por esta forma de comportamento político que o PSD tem tomado para esconder dos portugueses aquilo que são os factos reais, os problemas com que no dia-a-dia os portugueses se deparam.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio, que para o efeito dispõe de 10 minutos.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O PSN votará favoravelmente a proposta apresentada por V. Ex.

Permitam-me que termine da seguinte maneira: estava a ouvir-vos falar — e eu estou cada vez mais convencido de que atravessamos uma nova idade de ouro da sofística — e veio-me à mente uma frase de Kant, da segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, e que é esta: «Cada qual vê as coisas de acordo com o *a priori* que lá colocou antes».

Risos do PSD: — ...

O Sr. Presidente: — Suposto que Kant é isso ou que copiou S. Tomás de Aquino *ad modum recipienti*, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando hoje li o jornal percebi que, de facto, esta convocatória não era inocente. Ela obedece a três objectivos, que, no fundo, se reconduzem a um só: criar factos políticos desviantes dos reais problemas do País. Como não há resposta para esses problemas, desviam-se as atenções e aproveita-se tudo quanto se pode para que esse desvio se repita.

Por que é que se fez esta convocatória nestes termos? Podia ter-se feito. Chegávamos aqui, votávamos a autorização e não havia problema algum. Quando o Sr. Deputado Duarte Lima — que, tal como eu, já perdeu a inocência há muitos anos — pediu a palavra, eu pensei logo: «Cá estamos nós com um novo facto político». Para quê? Para alguns factos que se revestem de alguma gravidade. E onde é que está a gravidade? No fundo para dizer o quê? As oposições são laxistas em termos de cumprimento da Constituição, até autorizavam que, *a posteriori*, se desse o consentimento para o Sr. Presidente da República ir à Espanha, nós partido maioritário somos rígidos na exigência do cumprimento da Constituição. É claro que isto não tem sentido pela razão simples de que quem mais viola a Constituição é o partido maioritário — e aí estão os vetos de inconstitucionalidade, depois de termos chamado a atenção para a sua existência óbvia.

Por outro lado, se, nas vezes anteriores em que se criou a praxe de autorização *ex post*, isso era possível fazer-se sem o nosso voto, não era possível sem o voto da maioria. Portanto, se isso é falsa não somos nós, com certeza, os responsáveis.

Porém, já foi dito aqui que há um outro objectivo, é que, enquanto o Sr. Primeiro-Ministro continua a presumir, ao fim de 15 dias, que quem lhe pagou a viagem foi quem o convidou — ainda está a presumir isso! —, em vez de dar a resposta simples «Nem sequer pensei nisso, não tomei consciência de quem é que pagou a viagem. Agora, que me chamam a atenção para isso, vou exigir que a entidade privada que a pagou receba aquilo que custeou», tão simples quanto isto, sentiu-se imediatamente culpado, porque tem muitas outras culpas — normalmente assim é quem tem muitas culpas, sente-se culpado mesmo daquilo de que não é! — e vá de arranjar o argumento de que é preciso também responsabilizar o Presidente da República pelas suas viagens!

Acontece que, enquanto as viagens do Presidente da República, como é comumente entendido, trazem grande prestígio ao País porque o viajante tem esse prestígio, as viagens do Sr. Primeiro-Ministro estarão a caminho disso, mas ainda lá não chegaram!

Depois, há uma outra reflexão que o Sr. Deputado Duarte Lima — cujas opiniões respeito, mas com as quais nem sempre estou de acordo — nos pede para fazer, a de que o Sr. Presidente da República devia ser objecto de uma diligência delicada do Sr. Presidente da Assembleia da República, no sentido de lhe fazer saber que ele nem sempre cumpre as suas obrigações para com a Assembleia. E desta vez não as teria cumprido também.

Em que é que consiste a falta de cumprimento? Não ter explicado tinton-por-tinton, não ter fundamentado a razão da

sua viagem para que a Assembleia pudesse fundamentadamente dizer «sim» ou dizer «não».

Já «saltou» atrás o Sr. Deputado Adriano Moreira a dizer «Isso é um disparate!», porque a Assembleia não fiscaliza o Presidente da República, diga o Sr. Prof. Gomes Canotilho o que disser. Respeito muito as opiniões dele, mas também respeito as minhas, e as do Professor Adriano Moreira, por exemplo. Não tem nada que ver uma coisa com a outra.

A Assembleia pode dizer «não» em função do objectivo da viagem? Nunca! Pode dizer «não» em função dos interesses nacionais. «Faz falta ao País neste momento. Seria um desastre se V. Ex. sáísse daqui. Não autorizamos por isso». A Assembleia é que tem de fundamentar.

O Presidente da República, num regime semi-presidencialista, em que tem a mesma legitimidade desta Assembleia, que ele pode dissolver, não podendo ser dissolvido por ela, tem que explicar por que é que vai a Espanha? Nunca! De maneira nenhuma!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Isso era submeter o Presidente da República a uma *capitis diminutio* que a Constituição não permite, até pelo uso da palavra assentimento, que é algo de diferente da palavra autorização. A Assembleia não autoriza, assente. E assente porque se pode admitir que a Assembleia entenda que o interesse nacional exige a presença do Presidente da República no País e não é porque entenda que ele não deve ir a Espanha. Isso é do livre arbítrio do Sr. Presidente da República.

Mas, é claro, vindo isto do meu querido amigo Duarte Lima, não me espanta, porque como sei que, na próxima revisão constitucional, ele quer reduzir os poderes do Presidente, mas desde já lhe digo que isso não vai ter grande sucesso! Agora, preocupou-se, na mesma linha, de os reduzir por via interpretativa.

Começamos desde já por entender que o Presidente da República tem de fundamentar perante a Assembleia por que é que vai a Espanha. Se não fundamentar, nós dizemos «sim» ou dizemos «não». É uma visão completamente deturpada da faculdade de assentimento ou de não assentimento.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Não é não, não!

O Orador: — Completamente deturpada!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Uma das outras finalidades era a de vir dizer que o Japão pediu ao Sr. Presidente da República para reduzir a comitiva. Também fazia parte! O facto político também contemplava essa vertente, o que é normalíssimo. Nas viagens presidenciais e até ministeriais é normalíssimo que o país de acolhimento diga «Peço-lhe que reduza a comitiva» ou até «que a amplie». É um facto normal na vida internacional. Mas já se quis fazer disto um facto que envolve uma crítica de que o Presidente da República, em regra, se rodeia de gente a mais, como se na verdade ele não levasse normalmente pessoas também de prestígio deste país — empresários, políticos, figuras significativas — que só servem para reforçar o prestígio que ele granjeia para o País cada vez que vai lá fora.

É claro que ninguém pergunta quantas vezes sai o Sr. Primeiro-Ministro, que despesas faz, se as suas viagens são justificadas, assim como as dos outros membros do Governo.

Isso discutia-se muito no tempo do governo do Bloco Central. Chegou a haver uma fiscalização rigorosíssima da saída dos membros do governo. Isso agora não tem importância nenhuma, o que começa a trazer problemas e importância são as viagens do Presidente da República. Sr. Presidente, penso que a maioria parlamentar e o Governo já têm poderes que cheguem, não precisam de reforçá-los por via interpretativa e tortuosa da Constituição.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem! **O Orador:** E, sobretudo, não podemos fazê-lo quando a ideia é, porque, hoje, surgiu-nos já nessa ideia de que foi o Presidente da República quem quis uma autorização «postecipada», (pelo menos foi o que entendi da leitura do jornal) ou, então, de que o PSD está virgem nas autorizações anteriores, da tal praxe, que isso é culpa das oposições, que são, laxistas pois tanto se lhes dá que se cumpra a Constituição como não. O PSD cumpre-a sempre! Os vetos de inconstitucionalidade são efectivamente raros, como sabemos.

Dito isto, Sr. Presidente, é para realinhar o quê? Que pedimos também ao PSD uma reflexão sobre a necessidade de dar resposta aos problemas do País. Para isso, estamos de acordo que nos peça a nossa reflexão e a nossa ajuda; contudo, para a criação de factos políticos desviante das atenções desses problemas, não pode contar connosco.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para defesa da consideração, no termo do debate, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima.

O Sr. Duarte Lima (PSD): Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Alegre, pelo facto de ter imputado algumas intenções menos correctas à minha bancada, tenho de usar esta figura regimental para me dirigir a V. Ex.^a De resto, algumas questões que colocou foram também comuns ao Sr. Deputado Almeida Santos e no meu comentário envolvi os dois.

Começo por dizer que estou inteiramente de acordo com V. Ex.^a quando, logo no princípio da intervenção, disse que não se trata de uma questão jurídica mas política. Muito bem! É, de facto, uma questão política, como tudo quanto tem que ver com a interpretação da Constituição. Particularmente naquilo que concerne às relações entre órgãos de soberania, é essencialmente no domínio do político, mais do que o domínio do jurídico.

Agora, não posso deixar passar em claro quando diz que se trata de uma vindicta, de um acto de retaliação, por parte do meu grupo parlamentar.

Sr. Deputado Manuel Alegre, todos sabemos da longa e saudável amizade política, da excelente relação que V. Ex.^a tem com o Dr. Mário Soares, fruto de um companheirismo de longos anos de combate político. Em todo o caso, permitam-me que lhe diga que, pelo amor que tem a essa amizade, reage, às vezes, em excesso, quando se trata da defesa do Sr. Presidente da República.

O que só lhe fica bem, porque é V. Ex.^a reconhecidamente uma pessoa generosa. Porém, é um excesso aquilo que aqui está a fazer, porquê? O Dr. Mário Soares não partilha da sua interpretação, relativamente ao problema dos assentimentos e da autorização. Lembra-se, por certo, que, quando o Dr. Mário Soares fez a viagem à Índia, foi atacado por vários jornais e, inclusive, numa entrevista na televisão, fizeram-lhe a pergunta e ele disse «Alto lá! Não, não! eu não tenho ido sempre com autorização da Assembleia da República, em particular da maioria». As minhas viagens têm sempre autorização do Parlamento. Sr. Deputado Manuel Alegre, é portanto, atribui-lhe um valor político e substantivo.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem! **O Orador:** V. Ex.^a está a querer desvalorizar esta posição do Dr. Mário Soares. Enfim, não pressuposto de que está a defendê-lo, mas trata-se, de facto, de um excesso, porque eu também não cometi, penhum, excesso em relação ao Dr. Mário Soares. Portanto, não tem razão, relativamente a esta matéria.

Igualmente, não tem razão a formulação que está subjacente à questão colocada pelo Sr. Deputado Almeida Santos. Todos sabemos que o Sr. Deputado Almeida Santos, com o grande brilho e inteligência que empresta sempre às intervenções, que profere aqui, é um homem capaz de defender as causas mais difíceis. Acontece que acabou de defender uma coisa a que temos de dar assentimento e que o Sr. Deputado não conhece. É a sua fé, seu sei, que é um homem de fé, mas eu gosto de conhecer, antes de dar assentimento, Sr. Deputado Almeida Santos! E não me diminui a vontade de pedir esse assentimento, o facto de saber que, às vezes, fazemos leis que são inconstitucionais. É verdade! É verdade! Intranquiliza-se o Sr. Deputado com isso? Não, Sr. Deputado Almeida Santos! Para que é que quer o Tribunal Constitucional? Precisamente para zelar pelas normas inconstitucionais. Se soubéssemos que fomos sempre legislar sem inconstitucionalidades, não tínhamos colocado o Tribunal Constitucional. Não há nenhum problema, nenhuma ofensa à democracia. Porque as normas são inconstitucionais, lá está um órgão em que todos confiamos e que elegemos para dizer «Alto lá! Corrijam naquele sentido» e nós sabemos que umas vezes temos razão e que outras vezes não temos. Quando não a temos, aceitamos. Perdemos, mas também não se ganha sempre. Quando perdemos, aceitamos o veredicto e emendamos à mão, que é aquilo que iremos fazer. Mas daí não vem nenhum complexo, nem nenhuma *capitis diminutio* relativamente ao poder que temos. Não vamos castigar o poder que temos, como maioria.

Portanto, Sr. Deputado Almeida Santos, assentimentos sem conhecer a matéria não dou, isso é uma contradição. A sua interpretação é, sem dúvida, defendida com brilho, mas é claramente, como sabe, minoritária, não faz sentido, nem o próprio Dr. Mário Soares a partilha.

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado Almeida Santos.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Daí que eu peço que o Partido Socialista é, em particular, o Sr. Deputado Manuel Alegre, relativamente às atitudes do meu partido, pelo menos nas letras, não tenham fantasmas.

Sr. Deputado Manuel Alegre, sei que V. Ex.^a está sempre à espera de ver os «dentes da reacção» a abrirem-se de mais um ataque à democracia, dado que, recorrentemente, é para nós «condicionar politicamente». V. Ex.^a diz «Alto lá! Vem aí mais um fundamentalismo, um ultramontanismo».

Sr. Deputado Manuel Alegre, façamos uns aos outros a justiça de saber que aqui o nosso mandato é igual e que estamos todos livremente e com respeito pelas nossas opiniões, mesmo quando elas são profundamente discordantes.

Todavia, quando não concordar connosco, não diga «Alto que a democracia está em causa», «Alto que vem aí a reacção». É que nós amamos tanto a democracia como V. Ex.^a e muitos de nós — já lhe disse isso muitas vezes! — amamo-la por causa de si, dado que V. Ex.^a nos ensinou, com os seus poemas, a gostarmos da democracia.

Assim, Sr. Deputado Manuel Alegre, não pense essas coisas do meu partido, pois está a ser injusto, e nós não lhe merecemos isso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Duarte Lima, não estão em causa, nesta matéria, a minha amizade e o meu companheirismo com o Presidente da República, Dr. Mário Soares, mas, sim, a atitude política levantada pelo PSD ou, melhor, a mudança de atitude política do PSD em relação a uma prática que aqui temos tido.

Aliás, devo dizer que o Sr. Deputado fez um discurso, como sempre, bem educado, um discurso moderadíssimo na forma mas, se excesso houve, ele ocorreu na substância desta questão, porque temos uma prática política e constitucional que já tem quase 20 anos e nunca se levantou um problema desta natureza, nem em relação ao anterior Presidente da República nem em relação a este ou a qualquer outra deslocação do Presidente da República.

Portanto, há aqui uma mudança de atitude, há uma ruptura com essa prática política e eu entendo que isso indica uma mudança substantiva de atitude do PSD.

Todavia, o PSD está no direito de mudar a sua atitude, está no direito de fazer essa ruptura com a prática anterior, mas nós estamos também no direito de fazer uma determinada leitura política dessa mudança e dessa ruptura. Aliás, referi-me a casos específicos.

Também não pretendo ter qualquer superioridade moral ou democrática em relação a qualquer Deputado desta Câmara. Penso que todos temos as mesmas convicções democráticas e todos somos iguais. De maneira nenhuma, ponho em dúvida a sua convicção democrática. Referi-me a actos concretos. Foram feitas declarações, por um determinado Deputado do vosso partido, na Madeira e no Porto, e não vi qualquer preocupação pública por parte do PSD em relação a essas declarações que entram em conflito profundo, profundo, repito, com a vossa própria filosofia política.

Portanto, penso que não houve nenhum excesso da minha parte. V. Ex.^a fez, repito, uma intervenção muito moderada na forma, mas, se excesso há, ele vem da mudança do PSD, da ruptura do PSD com uma prática que aqui está institucionalizada.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como não há mais inscrições, cumpre-me dar a palavra ao Sr. Secretário para proceder à leitura do parecer e proposta de resolução da Comissão Permanente.

O Sr. Secretário (António Braga): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o parecer e proposta de resolução é do seguinte teor:

A Comissão Permanente da Assembleia da República, tendo apreciado a mensagem de Sua Excelência o Presidente da República em que solicita o assentimento para se deslocar a Espanha, para receber, em Mérida, a Medalha da Extremadura e o Prémio «Caravela de Prata» que lhe foi atribuído pela Associação de Correspondentes da Imprensa Ibero-Americana, entre os dias 7 e 8 do corrente mês de Setembro, apresenta a seguinte proposta de resolução:

«Nos termos do n.º 1 do artigo 132.º da Constituição, a Assembleia da República dá o assentimento à deslocação de carácter oficial de Sua Excelência o Presidente da República a Espanha, entre os dias 7 e 8 do corrente mês de Setembro».

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer e proposta de resolução.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, convoco a Comissão Permanente para a próxima quinta-feira, dia 9 do corrente, em reunião normal, pelas 15 horas, sendo a ordem de trabalhos organizada numa Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares dia 8, às 15 horas.

Se ninguém se opõe, fica feita a convocação não só da Comissão Permanente como também da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, a fim de organizarmos a respectiva ordem de trabalhos.

Entretanto, informo que deu entrada na Mesa, e vai ser encaminhado para a Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, o requerimento apresentado pelo PCP no sentido de, na ordem de trabalhos da reunião da Comissão Permanente, serem incluídos três temas, aos quais, como se recordam, o Sr. Deputado Octávio Teixeira se referiu.

Por último, embora se vá realizar uma reunião da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares brevemente, gostaria de vos alertar, desde já, para dois acontecimentos que não ter lugar na Assembleia. No dia 14 de Setembro, às 15 horas, a Assembleia será visitada pelo Sr. Presidente da Câmara. Ora, como é praxe constitucional, será recebido, na Sala de Visitas do Presidente da Assembleia da República, por mim e pelos representantes dos diversos grupos parlamentares, aos quais solicito a sua presença. Reitero este pedido para o dia 13 de Setembro, data em que se realizará a visita, à Assembleia da República, do Sr. Vice-Presidente da República Popular da China. Apesar de ainda haver dúvidas sobre a hora dessa visita, podendo, em princípio, ser às 15 horas e 30 minutos ou às 16 horas, esta será posteriormente confirmada.

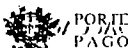
Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

eram 17 horas e 30 minutos

A DIVISÃO DE REDACÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DIÁRIO da Assembleia da República

Deposito legal n.º 8818/85
IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.



AVISO
Nos termos do n.º 4 do artigo 122.º do Regulamento da Assembleia da República, será distribuída gratuitamente com a 1.ª série do *Diário da República* uma série especial, de periodicidade quinzenal, para publicação dos sumários da 1.ª série do *Diário da Assembleia da República*.

PREÇO DESTE NÚMERO 82\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex